

**NARRATIVAS DE
POLICIAIS MILITARES
DO TOCANTINS SOBRE
O TRABALHAR**

**NARRATIVES OF STATE POLICE
OFFICERS OF TOCANTINS ABOUT
THEIR WORK**

**NARRATIVAS DE POLICIAS
MILITARES DE TOCANTINS SOBRE
EL TRABAJAR**

**Thatiellen Menezes Ferreira ¹
Liliam Deisy Ghizoni ^{2, 3}**

RESUMO

Objetiva-se discutir as narrativas dos policiais militares do Tocantins sobre as dificuldades encontradas no trabalho e o que fazem para lidar com elas. Utiliza-se o aporte teórico da Psicodinâmica do Trabalho. Participaram do estudo 686 policiais, que responderam duas questões: uma sobre as principais dificuldades que encontram em seu trabalho e outra sobre o que fazem para lidar com estas dificuldades. Fez-se análise de conteúdo que gerou duas categorias: a) "Falta de equipamentos, falta de pessoal, carga horária excessiva" e b) "Sempre penso que o amanhã será melhor". Conclui-se que as maiores dificuldades estão relacionadas à falta de recursos humanos, a falta de valorização e de autonomia para a realização das tarefas. Para lidar com o sofrimento no trabalho, focam no

¹ Graduanda em Administração na Universidade Federal do Tocantins, pesquisadora do Grupo de Pesquisa: Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão, E-mail: tatimenezesf@hotmail.

² Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Mestrado em Educação e Graduação em Psicologia. Professora na Universidade Federal do Tocantins no Curso de Graduação em Administração e na Pós Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UFT), E-mail: Ldghizoni@gmail.com.

³ Endereço de contato das autoras (por correio): Universidade Federal do Tocantins, curso de Administração. QUADRA 109 Norte - Av. NS 15 - SALA 2. Plano Diretor Norte. CEP: 77001923 - Palmas, TO - Brasil

convívio familiar e na religião, com uma certa inércia e paralisção diante dessa vivência.

PALAVRAS CHAVE: Trabalho; Policiais Militares; sofrimento.

ABSTRACT

We aim to discuss narratives of State Police Officers of Tocantins about the difficulties they face in their work and what they do to cope with them. For such we have used the theoretical contribution of Psychodynamics of Work. Six hundred and eighty-six (686) police officers participated in the study, answering two questions: one about the main difficulties they face in their work and the other about what they do to cope with those difficulties. Our content analysis generated two categories: a) "Lack of equipment, lack of personnel, excessive workload" and b) "I always think that thing will be better tomorrow." We have concluded the greatest difficulties are related to the lack of human resources, appreciation and autonomy for the accomplishment of the work. In order to cope with the suffering at work they focus on family life and religion, with a certain inertia and paralysis in the face of the suffering experienced.

KEYWORDS: Work; State Police; Suffering.

RESUMEN

Se objetiva discutir las narrativas de los policas militares de Tocantins sobre las dificultades encontradas en el trabajo y lo que hacen para lidiar con ellas. Se utiliza el aporte teórico de la Psicodinámica del Trabajo. Participaron del estudio 686 policas, que respondieron dos cuestiones: una sobre las principales dificultades que encuentran en su trabajo y otra sobre lo que hacen para lidiar con estas dificultades. Se hizo análisis de contenido que generó dos categorías: a) "Falta de equipamientos, falta de personal, carga horaria excesiva" y b) "Siempre pienso que el mañana será mejor". Se concluye que las mayores dificultades están relacionadas en la falta de recursos humanos, la falta de valorización y de autonomía para la realización de las tareas. Para lidiar con este



revista Observatório

ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 6, Outubro-Dezembro. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n6p597>

sufrimiento se focan en el convívio familiar y en la religión, con una cierta inercia y paralización delante del sufrimiento vivenciado.

PALABRAS CLAVE: Trabajo; Policías Militares; Sufrimiento.

Recebido em: 05.05.2018. Aceito em: 12.08.2018. Publicado em: 08.10.2018.

Introdução

O trabalho, o amor e as relações sociais, constituem e caracterizam o ser humano, são ligados ao esforço e ao sofrimento, mas de forma ambígua oferecem diferentes oportunidades de prazer, satisfação pessoal e aquisição da subsistência (NEFFA, 2015; ZANATTA, 2002).

Dejours (2004, p. 28) utiliza o seguinte conceito para definição do trabalho: "é aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar etc." Refere-se o autor ao ato de trabalhar em si e as atividades que lhe são determinadas.

As relações do homem com o trabalho são condições determinantes para o psiquismo humano, sendo essencial para a formação da identidade do indivíduo, a sociedade evolui politicamente através do trabalho (DEJOURS, 2009; CASTRO, 2013).

A partir daí, é que se propõem neste artigo analisar as narrativas dos policiais militares do Tocantins sobre as dificuldades encontradas em seus trabalho e o que fazem para lidar com elas.

Para Martins (2012, p. 276) "as narrativas figuram um importante papel, pois são consideradas como sendo os espaços privilegiados nos quais a identidade se manifesta". Motta (2004) traz definições ainda mais abrangentes ao relatar que:

A narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza, as relações humanas, as crenças, valores, etc.) em relatos. A partir dos enunciados narrativos é possível colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e desenrolar lógico e cronológico. É assim que compreendemos a maioria das coisas do mundo (MOTTA, 2004, p. 02).

Diante da temática narrativa concernente ao trabalho, este artigo é um dos frutos de uma parceria realizada entre a Polícia Militar do Tocantins (PMTO) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), através do Centro Integrado de Reabilitação e Readaptação (CIRR/PM) e o Grupo de Pesquisa “Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão” da UFT. A parceria firmada entre os órgãos através de um acordo de cooperação, visa o mapeamento dos riscos psicossociais dos Policiais Militares do Estado. Para tal a base teórica adotada é a Psicodinâmica do Trabalho, uma abordagem francesa que chegou ao Brasil na década de 80 e tem em seu eixo, estudar as formas que os trabalhadores encontram para ter saúde num ambiente de trabalho tão favorecedor de adoecimento (DEJOURS, 2004; MENDES, 2007). O instrumento de pesquisa é o Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART) criado por Facas (2013) e validado por Facas *et al.* (2015). Destarte, neste estudo fez-se um recorte e aborda-se o conteúdo de duas questões abertas deste instrumento. Uma versa sobre as principais dificuldades que o policial encontra em seu trabalho e outra indaga o policial sobre o que ele faz para lidar com as dificuldades encontradas no dia a dia laboral. Deste modo, objetiva-se discutir estas narrativas destes policiais.

Parte-se do entendimento que os riscos psicossociais são fatores que “deterioram as relações de trabalho, geram sofrimento, adoecimento ocupacional, incapacidade e disfunção organizacional [...]” (SERAFIM *et al.*, 2012, p. 698). Eles “estão relacionados com a forma como o trabalho é concebido, organizado e gerido, bem como, com o seu contexto econômico e social, suscitam um maior nível de stress e podem originar uma grave deterioração da saúde mental e física” (MATOS, 2014, p. 01).

Em relação ao mundo do trabalho, vê-se um conjunto de tendências e mudanças em que o crescente desenvolvimento tecnológico, aliado a um complexo conjunto de inovações organizacionais modificou os fatores de produção e as relações, sendo o excesso de trabalho o principal fator da atual fase do capitalismo que tem desencadeado a fadiga física e espiritual dos trabalhadores (PEREIRA; OLIVEIRA, 2011; ELIAS; NAVARRO, 2006).

Fíguro (2008; 2013) afirma que esta reestruturação das organizações e fatores de produção e tecnologias, trouxeram mudanças também para a as formas de comunicação no mundo do trabalho, através do surgimento e integração de novas tecnologias de informação, mercadorias e pessoas, a partir do capitalismo, onde:

Globalizam-se as relações, os processos e as estruturas que configuram a dinâmica da empresa e corporação, do mercado e planejamento, das técnicas produtivas e das formas de organização do trabalho social. Ao lado das peculiaridades socioculturais de cada tribo, clã, nação ou nacionalidade, desenvolvem-se as tecnologias e as mentalidades organizadas com base nos princípios da produtividade, competitividade. Aos poucos, ou de repente, o consumismo se generaliza e intensifica, transfigurando expectativas e comportamentos (IANNI, 1999, p. 187).

Souza *et al.* (2012, p.1309) verificou os impactos das transformações no mundo do trabalho do policial militar, onde foi constatada a presença de “certos distúrbios dos sistemas nervoso e digestivo, problema muscular, ósseo e de pele, além de problemas de visão, audição e fala que aumentaram o risco de sofrimento psíquico” em Policiais Militares da cidade do Rio de Janeiro. Assim como no artigo de Sales e Sá (2016) sobre as narrativas de militares cearenses em situação de atendimento clínico, revelaram que:

[...] a problemática da formação policial é um assunto delicado, levando em consideração as tensões existentes sobre o que é concebido discursivamente e o que é exercido na prática cotidiana. Há que se considerar, também, as condições insalubres da formação e do próprio trabalho policial: repetição exaustiva dos serviços e tarefas padronizadas, impossibilitando criatividade; a própria hierarquização e a doutrina militar, que moldam o indivíduo, dando-lhe rigidez no espírito de corpo que move a corporação; e, finalmente, a falta de reconhecimento e de perspectiva quanto ao crescimento profissional (SALES; SÁ, 2016, p. 200-201).

Embora o sofrimento humano seja inseparável dos processos de trabalho (DEJOURS, 1992) é necessário compreender suas causas para agir sobre elas. Neste sentido esta pesquisa foi realizada, para dar subsídios a equipe de saúde que atua no CIRR/PM, fortalecendo um princípio da universidade pública, prestar serviço gratuito a sociedade.

Diante do exposto, tratar de narrativas de trabalhadores com o olhar voltado para as questões que envolvem saúde e doença no ambiente de trabalho é uma questão que perpassa várias áreas, sendo assim um estudo interdisciplinar, que aproxima, por exemplo, o trabalho e a saúde da comunicação.

Composição da interdisciplinaridade: A Comunicação e o Trabalho

A interdisciplinaridade é discutida no campo das ciências sociais, se constitui de formas diversas, em que as temáticas associam – se, permitindo a construção e envolvimento de novos saberes (OREJUELA, 2009). É dentro deste contexto que este estudo se insere, pois busca conjugar os saberes das áreas que discutem o mundo do trabalho (sociologia, psicologia, psicodinâmica do trabalho) com a comunicação por meio das narrativas de sujeitos que tem a potência da voz para exprimir o que pensam e sentem sobre a ação do trabalhar. Sendo que:

O caráter necessário do trabalho interdisciplinar na produção e na socialização do conhecimento no campo das ciências sociais e no campo educativo que se desenvolve no seu bojo, não decorre de uma arbitrariedade racional e abstrata. Decorre da própria forma do homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social. (FRIGOTTO, 2008, p. 43).

Atualmente, “é muito difícil encontrarmos um ofício, uma ocupação, uma profissão, um emprego que não demande do trabalhador sua participação nas relações de comunicação de organizações onde atua” (REBECHI; FIGARO, 2013, p.04). Espera – se que os trabalhadores tenham a comunicação como competência:

Exige-se do empregado que assimile informações emitidas dentro e fora da empresa, que opine, que coopere, que construa conhecimento, que questione decisões pouco produtivas, que esteja em interação constante com as chefias e com outros trabalhadores na organização, que esteja preparado para responder aos questionamentos dos consumidores e de outros grupos da sociedade quanto às políticas empresariais que envolvem o desenvolvimento de seu trabalho (REBECHI; FIGARO, 2013, p. 04 - 05).

Neste contexto, os trabalhadores assumem novas competências diante das crescentes exigências sobre eles, como uma maior qualificação profissional e a necessidade de operar segundo as exigências estabelecidas pelo mercado (OLIVEIRA; PEREIRA, 2011).

Fígaro (2008) trata este mesmo trabalho e a comunicação como um binômio, sendo dois aspectos específicos que se compõem de forma inseparável e compreende da seguinte forma:

[...] comunicação como ‘atividade’ de comunicação e trabalho, cujo objetivo é destacar os dois aspectos específicos e intrínsecos à mesma totalidade: a atividade humana. Sendo que não se pode separar um

aspecto do outro. Ambos são responsáveis pela especificidade dos seres humanos em relação a outros animais (FIGARO, 2008, p. 32).

Para a autora, este conceito de integração de atividade de comunicação e trabalho permite colocar em prática uma pesquisa que abrange diferentes disciplinas com a experiência vivida no real do trabalho.

Desta forma, a comunicação neste estudo será vista através das narrativas dos Policiais Militares enquanto o trabalho será visto pelo viés da Psicodinâmica do Trabalho (PdT).

A PdT tem como foco “buscar a compreensão dos fatores psíquicos e subjetivos que são mobilizados nas relações de trabalho” (TRAESEL; MERLO, 2011, p. 43). É uma abordagem criada na França por Dejours e que chegou ao Brasil em 1982, através do livro *a Loucura do Trabalho* (GHIZONI, 2013). O produto de Dejours, possibilitou de forma inovadora a percepção da interação entre saúde mental e trabalho, sendo adotada como método e referencial para estudos da área da saúde psíquica no trabalho até a atualidade (MERLO; MENDES, 2009).

Neste viés da interdisciplinaridade entre a comunicação e trabalho Cunha e Ghizoni (2018) estudaram profundamente as narrativas de um policial militar afastado, onde se constatou a divergência entre o trabalho prescrito e o real, fato que se tornou fonte geradora de sofrimento ao longo da carreira militar do PM e potencializou o alcoolismo. Demonstrando como o sujeito dificilmente terá o domínio completo da sua atividade de trabalho na empresa. Pois importante parte do prescrito do trabalho que fixa regras e normas, de modo a articular a produtividade e economia corporal (FONTANA; LAUTERT, 2013, p. 1307), ao mesmo tempo “corresponde ao que antecede a execução da tarefa. Um registro que satisfaz uma necessidade de orientação, burocratização e

fiscalização. É fonte de reconhecimento e de punição” (ANJOS; MENDES; SANTOS; FACAS, 2011, p. 565).

Já o trabalho real “reflete as situações imprevistas que ultrapassam o domínio técnico e o conhecimento científico. Evidencia o fracasso da normatização e estabelece desafios constantes à compreensão e ao fazer humanos” (FERREIRA, MENDES, 2012, p. 144).

Destarte há um hiato vivenciado pelo trabalhador entre o prescrito e o real, onde o desejo de ter o controle total de sua atividade de trabalho é ilusório, sendo uma inevitável fonte de sofrimento. Sofrimento este que pode ser: patogênico, ético ou criativo.

No ambiente de trabalho, o sofrimento quando potencializado pode ser capaz de gerar patologias, físicas e psicológicas, caracterizando assim o sofrimento como patogênico (DEJOURS, 2007). Já quando os indivíduos sentem-se obrigados a praticar ações que estes mesmos desaprovam acontece o sofrimento ético, onde “ao contradizerem os seus valores, os trabalhadores correm o risco de perder a consideração que têm por si mesmos” (ROLO, 2014, p. 80). Por outro lado, pode ser criativo, quando o trabalho é reconhecido e de certa forma adquire um sentido para o sujeito, contribuindo com algo novo para a organização e permitindo a vivência de prazer (FACAS, 2013).

Diante disto, as narrativas dos trabalhadores em relação aos seus ambientes de labor, podem ser utilizadas para transmitir suas percepções, “as narrativas e narrações são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões” (MOTTA, 2005, p. 03). Ela “esta presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade” (BARTHES, 2011, p. 19). Logo, dar voz aos trabalhadores é uma importante estratégia de valorização do sujeito.

Deste modo, são delimitadas duas questões que conduzem este estudo, seguindo a mesma linha de pensamento de Rebechi e Figaro (2013):

1) a atividade de comunicação e a atividade de trabalho são consideradas atividades humanas inseparáveis, uma depende da outra para desenvolver-se e ambas estão diretamente ligadas à realização concreta do trabalho do homem e 2) o desenvolvimento da atividade de comunicação modifica-se segundo as transformações das formas de gestão e organização do trabalho. (REBECHI; FIGARO, 2013, p. 8).

Diante de uma contínua reestruturação produtiva que atinge os trabalhadores de forma geral e ganha forças por meio de novas formas de organização e gestão da produção na realização do trabalho Abrahão e Pinho (2002, p.46) consideram como “desafio para ciências que estudam o trabalho identificarem as diferentes necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais) que permeiam o processo de reestruturação produtiva”.

Antunes (2008, p. 21) defende que os servidores públicos, classe alvo deste estudo feito com Policiais Militares, “[...] também experimentaram, como não poderia deixar de ser, um significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da mercadorização [...]”. Para o autor os resultados desta reestruturação para os servidores públicos “muda muito o modo do capital produzir as mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, corpóreas ou simbólicas” (ANTUNES, 2008, p.21.)

Considerando que o público alvo deste estudo são os policiais militares, apresenta-se a seguir uma descrição sobre o trabalhar destes profissionais.

A Polícia Militar e seu Ofício

A Missão da Polícia Militar do estado do Tocantins é “assegurar a ordem pública no território tocantinense, através do exercício da polícia ostensiva, buscando a excelência e a parceria com a comunidade”. (GOVERNO DO ESTADO, 2018).

A principal função da polícia ostensiva é o controle e combate à criminalidade, logo “[...] exercem uma atividade de risco à sua vida e à sua saúde que resulta em desgaste mental e físico” (BARCELLOS, 1999, p.03). Todas as exigências e responsabilidades depositadas nos policiais militares se tornam ainda maiores em meio a realidade de desigualdades social e criminalidade do Brasil “[...] a expectativa da população em relação aos responsáveis por esta segurança é ainda maior e espera-se que os policiais tenham um comportamento ético capaz de assegurar a confiança da população (BRITO; GOULART, 2005, p.149). Sobre a atividade policial Borges (2011) ressalta:

[...] leva em consideração não só a intolerância a criminalidade, mas também preocupa - se com o caráter social que desempenha junto à população. O trabalho da polícia abrange toda a determinação legal imposta pela constituição e regimentos policiais, e, sobretudo a civilidade que o profissional deve ter, no senso de responsabilidade frente à sociedade, a qual espera do agente de segurança pública; a proteção quando um conflito se instala (BORGES, 2011, p. 05).

Fraga (2006) afirma que a atividade dessa categoria de profissionais é exercida de forma exaustiva:

[...] por seguirem uma rotina de permanência de horas seguidas em pé, muitas vezes no mesmo lugar, atentos ao executar um trabalho como o de policiamento ostensivo, que consiste num compromisso diário e ininterrupto, numa intervenção direta nos acontecimentos tidos como “anormais” no espaço público. Paradoxalmente, essa rotinização também se mescla pela incerteza diante do constante

suspense de perigo, ingrediente fundamental no policiamento ostensivo (FRAGA, 2006, p. 08).

Para os trabalhadores da PM o “[...] contexto de risco permanente vivido nas ruas somam-se àquelas relacionadas à forma como o trabalho está organizado, marcado por um alto rigor prescritivo e alicerçado em um sistema de disciplina e vigilância também permanentes” (SPODE; MERLO, 2006, p. 362). Os PMs estão sujeitos, ao atendimento de ocorrências, tendo que estar à disposição da segurança da sociedade, por 24 horas de seu dia, diante das determinações legais de dedicação exclusiva da ordem e segurança pública (FRAGA, 2006).

Diante do propósito de garantir a segurança da comunidade, “[...] pode-se dizer que a atividade do policial sofre pressões decorrentes tanto da organização do trabalho quanto dos fenômenos sociais. Outro elemento que se incorpora a essa dinâmica, formando uma tríade, é a precarização do trabalho” (SILVA; VIEIRA, 2008, p.166). Esta precarização no caso específico dos PMs para os autores são provenientes:

[...] dos equipamentos e instrumentos inadequados, da restrição de recursos orçamentários para a manutenção desses equipamentos, dos salários desproporcionais e da falta de capacitação profissional. Esses fatores acabam configurando um quadro desfavorável tanto para a eficiência do trabalho policial, quanto para a própria saúde dos PMs (SILVA; VIEIRA, 2008, p. 166).

Neves (2007) relata que, durante sua pesquisa sobre gerenciamento do risco ocupacional, pode-se perceber que os equipamentos de proteção utilizados pelos militares são restritos. Além disso, diversas outras limitações desta organização do trabalho são potenciais fatores de risco à saúde dos militares, como o salário não compatível com suas expectativas e necessidades

e a falta de reconhecimento da instituição e da população em geral (RIBEIRO, 1995).

A literatura brasileira, apesar de escassa, sobre o trabalho policial aponta que o desgaste da profissão militar leva estes indivíduos ao sofrimento psíquico (AMADOR, 2000), onde muitos compensam e aliviam suas frustrações através do consumo de álcool (FERREIRA, 2013), acompanhados de sentimentos de desvalorização e falta de reconhecimento social, causados pela cultura de oposição entre policiais e cidadãos (SOUZA; MINAYO, 2005). Sendo que “o embate que é vivido cotidianamente pelo policial em sua atividade-fim, que terminam por gerar o sofrimento psíquico, com possíveis desdobramentos em alcoolismo, depressão e até mesmo em suicídio” (SILVA; VIEIRA, 2008, p.169).

Albuquerque e Machado (2001) pontuam que a PM possui uma cultura organizacional cheia de costumes, que podem até mesmo serem vistos como rituais, sendo que todos os integrantes estão submetidos, como exemplo, tem-se o curso de formação e formatura. A partir destes protocolos, os policiais assimilam as regras e cultura da organização, sentindo – se pertencentes a ela e impossibilitados de desrespeita-las. Uma das mais marcantes experiências, do policial militar ocorre em seu ingresso na corporação, em que os indivíduos recebem um nome de guerra que “se ganha, a partir das sugestões do indivíduo e posterior aprovação/ escolha feita pelo superior imediato que comanda a unidade em que se está [...] uma abreviação do nome pessoal/de família” (LEIRNER, 2008, p.198) os militares passam então, a ter uma nova identidade social.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa social por estudar sujeitos que se unem pelo trabalho. A pesquisa social “aborda o conjunto de expressões humanas

constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações” (MINAYO, 2001, p.15). Tal pesquisa valoriza a adoção de métodos qualitativos para descrição do objeto de interesse e para tratamento da subjetividade.

População e amostra

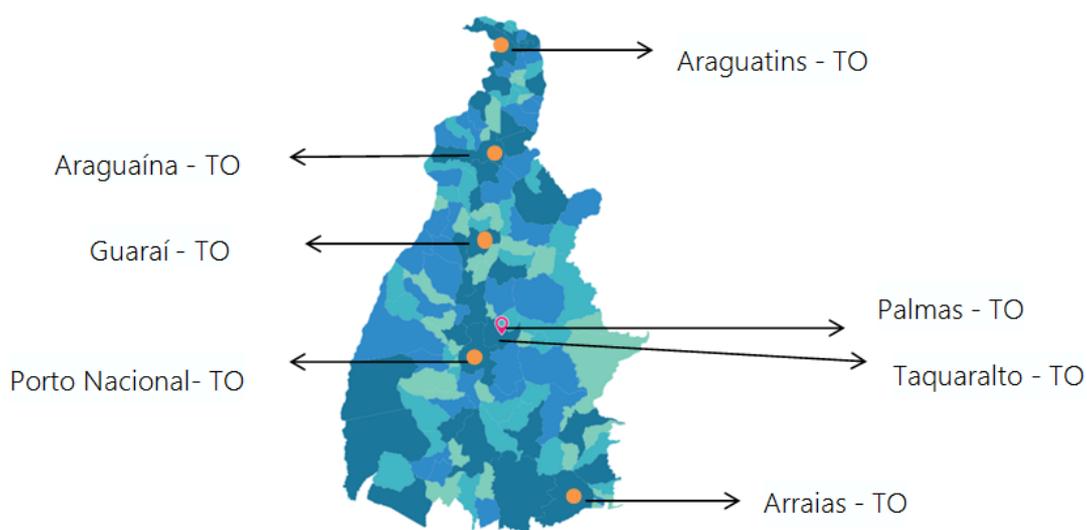
A população alvo deste estudo são os Policiais Militares lotados em 06 Batalhões e 01 Companhia no estado do Tocantins que somam 1583 policiais. Entretanto, 131 policiais na data da aplicação do instrumento encontravam-se afastados do serviço ou de férias, o que resultou em 1452 potenciais participantes. Destarte a amostra é composta de 686 participantes, que aceitaram responder ao instrumento, esta amostra corresponde a 47% do efetivo válido dos batalhões e companhias analisadas neste estudo.

Os Batalhões estão localizados em Palmas-Centro (1º BPM⁴), Arraias (1º CIPM⁵), Araguaína (2º BPM), Porto Nacional (5º BPM), Palmas-Taquaralto (6º BPM), Guaraí (7º BPM) e Araguatins (9º BPM). Abaixo, pode ser visualizado no mapa do estado do Tocantins a localização de cada um dos Batalhões e Companhia analisadas neste artigo.

⁴ Batalhão da Polícia Militar (BPM)

⁵ Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM)

Figura 01- Localização das sedes da PM - TO



Fonte: Mapa do Tocantins IBGE adaptado pelas autoras (2018)

Destaca-se que o Tocantins possui doze Batalhões (BPMs) e sete Companhias Independentes (CIPMs) de acordo com o site da PMTO e governo do estado, entretanto não foi possível a aplicação do PROART em todas as unidades. Contudo, o que se observou nos estudos que fizeram um mapeamento no 1ºBPM; 5ºBPM; 6º BPM; 7º BPM e 1º CIPM (CARVALHO, 2016; BEZERRA, 2017; TOMAZ, 2017; ROSÁRIO, 2017; FERREIRA, 2017) foi uma repetição sobre as condições de trabalho e riscos psicossociais, não apresentando diferenças significativas entre uma unidade e outra.

Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados é denominado Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais validado por Facas *et al.* (2015) e é composto por 92 questões fechadas, 03 (três) abertas e perguntas sobre o perfil dos participantes. Entretanto neste estudo o recorte adotado é sobre duas questões abertas do instrumento, a saber: a) Quais são as principais dificuldades que você encontra em seu trabalho; e b) O que você faz para lidar com essas dificuldades.

Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi por Batalhão/Companhia, conforme a disponibilidade da equipe do CIRR/PM e do Grupo de Pesquisa Trabalho e Emancipação. No quadro a seguir apresenta-se a forma de aplicação em cada unidade.

Quadro 01 – Procedimentos de coleta de dados

Local	Método
Palmas Centro (1° BPM)	A aplicação ocorreu no dia 31 de março de 2016, e foi realizada pela equipe de saúde da PM, vinculada ao CAIS/PM (Centro de Atenção Integral à Saúde do Policial Militar) e a equipe do Grupo de Pesquisa Trabalho e Emancipação da UFT. Destaca-se que nesta coleta de dados ainda não havia sido formalizado o convênio entre as instituições, deste modo, não houve Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para essa coleta foi realizada uma Chamada Geral, onde inicialmente houve a apresentação de um projeto da equipe de saúde da PM, posteriormente a Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho e Emancipação e responsável por este estudo, fez uma palestra intitulada —Prazer e Sofrimento no Trabalho e na sequência fez-se o convite para os PMs responderem ao PROART, voluntariamente.
Arraias (1° CIPM)	A aplicação foi realizada pela equipe de Saúde do CAIS/PM na data de 24, 25 e 26 de novembro de 2015. Organizaram uma chamada geral com o comando do referido Batalhão, e assim, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), voluntariamente respondeu ao PROART quem concordou com a pesquisa.
Araguaína (2° BPM)	A aplicação foi realizada pela equipe do CIRR/PM, na data de 04 de abril de 2017. Inicialmente a aplicadora, também policial militar, fez uma exposição sobre os riscos psicossociais, sobre a abordagem teórica que norteia as análises e solicitou que analisassem os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que, voluntariamente, respondessem ao PROART.
Porto Nacional (5° BPM)	A aplicação foi realizada pela equipe do CIRR/PM em parceria com a equipe do Grupo de Pesquisa Trabalho e Emancipação da UFT. Aconteceu no dia 16 de fevereiro de 2017. Foi realizada uma chamada geral em Porto Nacional-TO. Inicialmente foi apresentado a eles o projeto fruto da parceria UFT/PM que tem por objetivo mapear os riscos psicossociais dos militares do Estado do Tocantins, após a apresentação foi entregue a eles o termo de consentimento e em seguida foi distribuído o PROART para quem aceitou participar.
Taquaralto (6° BPM)	A coleta de dados foi realizada entre novembro e dezembro de 2015. Para a aplicação contou-se com a colaboração de estagiários da UFT e Centro Universitário Luterano de Palmas. O

	público alvo, foi abordado na recepção da sede do 6º BPM em turnos diferentes. A ação de coleta de dados foi coordenada por um Policial Militar do Batalhão, estudante do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da UFT.
Guaraí (7º BPM)	Foi realizada pela equipe do CIRR em duas etapas: a primeira em abril de 2016 e a segunda em março de 2017, solicitou-se a participação voluntária via consentimento livre e esclarecido.
Araguatins (9º BPM)	Foi realizada pela equipe do CIRR/PM, na data de 03 de maio de 2017, e a aplicadora, também policial militar, fez uma exposição sobre os riscos psicossociais, sobre a abordagem teórica que norteia as análises e solicitou que analisassem os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que, voluntariamente, respondessem ao PROART.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Procedimentos de Análise de Dados

Os dados qualitativos (2 perguntas abertas) foram analisados seguindo os pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (2009). Trata-se de um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a falas diversificadas. É baseada na dedução, na inferência e oscila do rigor da objetividade a fecundidade da subjetividade. Para a organização e a análise das informações, as respostas dos participantes foram digitalizadas na íntegra para o *word*, trabalho feito por cinco autores diferentes, alunos de Administração e do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins. Destaca-se que os dados de Arraias, que foram coletados antes do Convênio, foram digitados pela equipe do CIRR/PM e incorporadas a este estudo.

Após esta fase manual, as respostas foram analisadas por Batalhão, por cada aluno-pesquisador responsável, estes resultados individuais podem ser vistos em: Carvalho (2016); Bezerra (2017); Tomaz (2017); Rosário (2017) e Ferreira (2017). Em todos o procedimento para a análise de conteúdo foi o mesmo, conforme Bardin (2009), e passaram pelas seguintes etapas:

1. Pré-análise: Inicialmente a leitura flutuante, seguida da regra de exaustividade, leu-se todas as respostas de todos os participantes; a regra de representatividade adotada foi de analisar o universo, todos os participantes; utilizou-se a regra de homogeneidade, pois as análises foram feitas por

Batalhão e a regra de pertinência, pois a fonte consultada era confiável, uma vez que haviam sido digitadas dos instrumentos respondidos, na íntegra. A orientadora do estudo atuou como pesquisadora responsável, fazendo a análise de juiz.

Carvalho (2016) foi o primeiro a construir as categorias, para tal ele fez a referência dos índices (menção explícita de um tema) e dos indicadores (frequência deste tema), construindo as categorias a posteriori. Os demais estudos partiram destas categorias, para ver se elas se confirmavam ou se novas categorias surgiram.

A análise adotada em todos os estudos foi dedutiva, pois partia-se do olhar da teoria da Psicodinâmica do Trabalho.

2. Exploração do material: fez-se a codificação recortando as unidades de análise por temas. Enumerou-se pela presença e frequência no texto, para assim classificar e agregar.

3. Tratamento dos resultados com a inferência, interpretação e construção das categorias analíticas.

Diante destes dados dos Batalhões individuais, nasceu este estudo, que é sistematizar todas estas análises para se ter uma visão da PM-TO participante. Destarte agregou-se todas as categorias das 7 unidades participantes e utilizou – se o *Tagul*⁶, uma ferramenta que está disponível gratuitamente na internet, para apresentar os resultados em forma de nuvens de palavras, de acordo com a sua intensidade de frequência.

Estas categorias estão descritas a seguir, elas embasam as discussões deste estudo.

⁶ <http://www.tagul.com>

Resultados

O agrupamento das categorias encontradas individualmente nos estudos já citados, deu origem a 2 categorias: a) "Falta de equipamentos, falta de pessoal, carga horária excessiva" b) "Sempre penso que o amanhã será melhor". Elas representam as narrativas dos policiais militares do estado do Tocantins, que participaram deste estudo. Pode-se observar, na demonstração a seguir, a vivência da falta como geradora de Riscos Psicossociais e as estratégias usadas para lidarem com suas dificuldades.

Categoria 01: *"Falta de equipamentos, falta de pessoal, carga horária excessiva".*

Definição da categoria: A "falta de" é o elemento central desta categoria, mencionam de forma constante que a jornada de trabalho é excessiva, que há falta de efetivo, de materiais e de condições adequadas para desenvolver suas funções. A palavra "falta" foi citada 75 vezes nas verbalizações dos respondentes.

Verbalizações: *"Sobrecarga de tarefas; Falta de Recursos Humanos e Financeiros". "Hoje as maiores e mais importantes que elenco são: sobrecarga de trabalho, escala de serviço intensa, falta de valorização, reconhecimento financeiro, escassez de material". "Problemas logísticos, falta de equipamentos essenciais como dispositivo elétrico de controle e outros menos letais, etilometro e demais equipamentos que nos fazem sentir uma policia amadora, pouco técnica e profissional- ou seja, falta de recursos materiais e humanos". "Falta recursos matérias e financeiros para otimizar a prestação do serviço. Sensação de impotência diante das demandas dos meus subordinados". "Falta de condições básicas para desempenhar a atividade policial militar". "A falta de equipamento, efetivo, viaturas".*

Articula-se a estes resultados das narrativas dos Policiais Militares participantes, a teoria da Psicodinâmica do Trabalho. Para tal dividiu-se em 3 eixos: 1) Aspectos da Organização do trabalho; 2) Aspectos da Estilo de Gestão; 3) Aspectos do Sofrimento no trabalho.

Aspectos da Organização do trabalho

Facas (2013, p.35) diz que a organização do trabalho pode ser definida como “[...] o “cenário” do trabalho”. Sendo um enunciador das relações e vivências do prazer-sofrimento (FACAS, 2013). As falas dos participantes desta pesquisa, quando indagados sobre suas maiores dificuldades no trabalho, foram relativas “a falta de” algo relativo a organização do trabalho, conforme se demonstra a seguir:

“Falta de Recursos Humanos e Financeiros”. “Falta de efetivo, espaço físico, falta de material bélico”. “Material humano e falta de instrumento de trabalho de qualidade”. “Falta de material adequado e suficiente para o desempenho das tarefas”. “falta de equipamentos, como viaturas novas, equipamentos como armamentos com qualidades e coletes a prova de balas novos”. “Hoje as maiores e mais importantes que elenco são: sobrecarga de trabalho, escala de serviço intensa, falta de valorização, reconhecimento financeiro, escassez de material”.

Como exposto na categoria 1, esta falta constante de recursos materiais ou propriamente equipamentos para o desempenho do trabalho, pode ser justificada pela forma em que a aquisição destes materiais é feita no serviço público, onde geralmente são realizados processos licitatórios. Castro (2010) em seu estudo com guardas municipais, deixa claro que este é um processo demorado de aquisição ou reposição de materiais, que acabam interferindo no serviço prestado.

A precarização, que resulta em condições inadequadas de trabalho, nas circunstâncias dos policiais militares:

[...]pode ser proveniente dos equipamentos e instrumentos inadequados, da restrição de recursos orçamentários para a manutenção desses equipamentos, dos salários desproporcionais e da falta de capacitação profissional. Esses fatores acabam configurando um quadro desfavorável tanto para a eficiência do trabalho policial, quanto para a própria saúde dos PMs (SILVA; VIEIRA, 2008, p. 166).

Desta forma, os trabalhadores veem seu desempenho no trabalho comprometido, tornando o real do trabalho mais distante do que lhe foi prescrito ou atribuído, mas as exigências continuam sendo as mesmas. Ou seja, "são exigidos padrões de excelência, legítimos e importantes para o desenvolvimento da área. Em contraposição, há a deficiência do suporte e da coordenação, necessários para o atendimento desses padrões" (MENDES; ARAUJO, 2012, p. 104).

Os Policiais participantes também se queixam da forma como é feita a Divisão Social do Trabalho no ambiente organizacional, conforme exposto pelos participantes em suas falas: *"Falta de liberdade de expressão". "Poder ter um pouco mais de vez ativa nas decisões/autonomia, pois todos nós somos capazes e temos inteligência". "O fator humano às vezes é suprimido no meio militar". "Na exposição de ideias sobre decisões, minhas opiniões são irrelevantes". "Os superiores sempre acham que sabem de tudo e são certos em tudo". "Dialogar com meus superiores, porque eles sempre se acham superiores aos seus subordinados".*

A divisão social do trabalho está relacionada às normas, comunicação, autonomia e participação dos indivíduos, relativos ao trabalho (FACAS *et al.* 2015).

Moreira *et al.* (1999) e Fraga (2006) observaram em seus estudos com policiais militares do Espírito Santo e a categoria de forma geral, que estes vivenciam sofrimento ao esbarrarem nos entraves da hierarquia e na falta de recursos materiais e humanos, como também se observou aqui entre os participantes do Tocantins. Destarte o pano de fundo que se observa nas narrativas é a falta de reconhecimento, de não serem ouvidos ou até mesmo de não poderem expressar suas ideias.

Aspectos do Estilo de Gestão

Facas *et al.* (2015) trabalha com dois estilos de Gestão: Estilo Gerencialista e Estilo Coletivo. O primeiro "se caracteriza pela centralização das decisões no papel do gestor, forte sistema burocrático, valorização das regras em detrimento aos sujeitos, sistema disciplinar rígido e alto controle do trabalho" (Facas et al., 2015, p. 239). Já o Estilo Coletivo é caracterizado pelo bom relacionamento entres os membros, o que favorece a interação profissional, havendo também a flexibilidade (FACAS *et al.*, 2015).

Neste contexto de gestão, as narrativas dos policiais que se sobressaem pontuam problemas com a gestão hierárquica e a logística da Polícia Militar do Tocantins, como ressaltado na Categoria 1: *"Falta oportunidades de crescer na carreira". "A imposição dos superiores na execução do serviço, falta de diálogo". "Sem podermos realizar todo nosso trabalho devido à falta de efetivo os gestores às vezes ignoram isso para satisfazer a vontade soberana de cuidar da imagem da PMTO". "Falta logística". "Falta de efetivo e apoio logístico". "A instituição tem diversos, interesses e frentes de serviço, as vezes percebemos que gestores priorizam estes ou aqueles serviços, mas muitas vezes a atividade fim da policia fica em segundo plano". "De não ter a sua opinião ou sugestão*

escolhida pelo fato de ser hierarquicamente inferior...". "A dificuldade é que a hierarquia está acima e sentada sobre a inteligência".

Diante das verbalizações acima, pode-se perceber que a estrutura originariamente hierárquica é muitas vezes burocrática e engessada, existindo a imposição das regras e ainda pouca mobilidade e oportunidades de ascensão. Já o Estilo Coletivista:

se caracteriza por relações de troca bem estabelecidas entre seus membros, valorização da criatividade e inovação. Favorece a interação profissional e a promoção de um maior bem-estar das pessoas. Prioriza a busca de promoção, tem flexibilidade em relação aos níveis hierárquicos e valoriza o reconhecimento e o compromisso com o trabalho (FACAS et al., 2015, p. 240)

Por outro lado, muitos dos participantes encaram os problemas enfrentados, sentindo-se cada vez mais compromissados com a instituição e dando o melhor de si em seus trabalhos, como se pode inferir nas seguintes verbalizações: *"Procuro desenvolver minhas tarefas da melhor forma possível". "Presto meu serviço da melhor maneira possível, dialogando sempre com meus superiores". "Procuro fazer minhas tarefas por gostar (amar) do que realizo". "Tenho em mente que independente de todas as nossas dificuldades, a nossa missão deve ser cumprida, pois a sociedade depende do nosso serviço". "Desempenho minhas funções apesar das dificuldades". "Procuro fazer melhor para a instituição e mesmo sabendo que não tem retorno, mais é da onde eu sobrevivo". "Empenho dobrado".*

Esta atitude de se dedicar cada vez mais e cultivar um sentimento de servir a sociedade pode ser explicado pela colocação de Dejours (2009), ao dizer que mesmo diante das dificuldades as pessoas se empenham no trabalho com entusiasmo, esperando alguma forma de retribuição, como o

reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Este reconhecimento “deve ser integrado às práticas da gestão e à cultura da organização” (BENDASSOLLI, 2012, p.40) e quando não acontece, por parte da organização do trabalho pode ser a origem para as diferentes formas de adoecimento.

Deste modo o estilo de gestão gerencialista contribui para estas formas de sofrimento e adoecimento, ao passo que o estilo coletivista tende a valorizar os trabalhadores, pelo modo de trabalho mais flexível e participativo.

Aspectos do Sofrimento no trabalho

Entende-se que “o sofrimento no trabalho constitui-se uma das consequências da insistência do ser humano em viver em um ambiente que lhe é adverso” (RODRIGUES; ALVARO; RONDINA, 2006, p. 02). Sendo que:

Um dos mais cruéis golpes, que o homem sofre com o trabalho é a frustração de suas expectativa iniciais sobre o mesmo, à medida que a propaganda do mundo do trabalho promete felicidade, e satisfação pessoal e material, para o trabalhador; porém, quando lá adentra, o que se tem é infelicidade e, na maioria das vezes, a insatisfação pessoal e profissional do trabalhador, desencadeando, então, o sofrimento humano nas organizações (RODRIGUES; ALVARO; RONDINA, 2006, p.04).

O Sofrimento Patogênico se caracteriza por sentimentos de inutilidade, “ao fazer um trabalho que não tem sentido para si mesmo, nem é importante e significativo para a organização, clientes e/ou para a sociedade” (FACAS, 2013, p.128) e ainda se caracteriza por “sentimento de injustiça, desânimo, insatisfação e/ou desgaste com seu trabalho” (FACAS, 2013, p.129). Bem como por “sentimentos de desqualificação, não aceitação e/ou admiração pelos colegas e chefias, e falta de liberdade para expressar o que pensa e sente em relação ao seu trabalho” (FACAS, 2013, p.129).

Os resultados deste estudo demonstraram que muitos respondentes deparam-se com a falta de sentido no trabalho, sentem-se pouco reconhecidos e esgotados mentalmente: *"Valorização pessoal e profissional 0, inexistente". "Falta de reconhecimento dos chefes". "Falta valorização". "As vezes sentimento de impotência frente a situações adversas; Menosprezo e desvalorização". "Os que realmente trabalha no serviço fim, é menos valorizado e mais cobrado". "As vezes a devida valorização e o devido reconhecimento". "Às vezes me sinto desvalorizado pelos colegas da seção". "...seria importante o conhecimento dos seus resultados pela cúpula da Corporação". "Precisamos ser mais ouvidos, assistidos na pratica, não só no papel". "Ser considerado peça de xadrez, peão. Prevalência de não importar com o todo, apenas a instituição é importante, excluindo as pessoas ou quem a compõem". "Sensação de impotência diante das demandas dos meus subordinados".*

Este resultado, para Facas et al. (2015) dá indícios de que existam sentimento de injustiça, insatisfação, desânimo e desgaste com o trabalho, o que pode justificar a Categoria 2, onde se observa a inércia e paralisação dos participantes.

Estas insatisfações citadas por Facas et al. (2015) podem ser encontradas também em clima de competição entre os participantes deste estudo: *"Rotina engessada; sobrecarga de tarefas; clima organizacional instável; quebra das regras para favorecimento de alguns; falta um planejamento sério de valorização-reconhecimento". "Que existe divisão entre grupos e críticas entre si". "...a ideia de que oficiais são competentes e as praças são uns frustrados e acomodados".*

O Sofrimento Patogênico, que é caracterizado por sentimentos de desvalorização, onde não existe liberdade para expressar os pensamentos e o que sente em relação ao seu trabalho, segundo Damaso *et al.* (2014), se torna

real quando a frequência destes tipos de sentimentos, aumentam na organização do trabalho. Diante disto os sujeitos tendem a utilizar estratégias defensivas, visando amenizar e minimizar o sofrimento.

A seguir podem ser vistas as verbalizações dos respondentes, em relação a esta ressignificação do sofrimento: *"Leio a bíblia e busco refúgio na oração". "Ouço uma boa música, gosto de estar com familiares e sempre que posso viajo". "Basta estar de bem no ambiente familiar; bom convívio familiar". "Procuro desenvolver minhas tarefas da melhor forma possível". "Me apego aos pontos positivos". "Muita paciência". "Presto meu serviço da melhor maneira possível, dialogando sempre com meus superiores". "Fico a maior parte do tempo de folga participando de eventos da igreja evangélica e ao lado da família". "Procuro fazer minhas tarefas por gostar (amar) do que realizo". "Tenho em mente que independente de todas as nossas dificuldades, a nossa missão deve ser cumprida, pois a sociedade depende do nosso serviço". "Esportes físico com a família". "Atividades físicas, treinamentos.". "Procuro sair o mais cedo possível". "Dissocio o trabalho da vida familiar e social, tenho hobbies". "A oração e a frequente visita ao médico". "Bebida alcoólica". "Faço uso de medicamento".*

Antloga e Mendes (2009) sobre as estratégias defensivas, defendem que:

Embora haja um lado positivo na utilização das defesas, observa-se que há um papel contraditório em sua utilização. Se as mesmas são necessárias para manter o equilíbrio psíquico, podem, por outro lado, levar a processos como imobilismo e alienação, significando que a melhor estratégia é a busca do prazer no trabalho, por meio da mobilização subjetiva. Essa atitude permite ao trabalhador afirmar-se enquanto sujeito, reforçando sua identidade pessoal e profissional (ANTLOGA; MENDES, 2009, p. 257).

Entre policiais de Goiás, Lima (2018, p.85) pontuou que “as estratégias de defesa utilizadas para lidar com as dificuldades foram de adaptação e de exploração, negando o sofrimento e se submetendo aos desejos da organização; de proteção; auxiliando a suportar as adversidades”, de modo semelhante aos participantes deste estudo no Tocantins.

Ainda neste estudo com as narrativas dos policiais do Tocantins, observa-se a vivência de sofrimento ético, que segundo Vasconcelos (2013), consiste em:

[...] uma vivência de sofrimento experimentada pelo sujeito quando ele se submete ou participa de situações (no ambiente de trabalho) das quais discorda intimamente, agindo de forma contrária a seus valores; quando não consegue enfrentar e confrontar aquilo que considera reprovável e se comporta de forma contraditória em relação a seus princípios morais (VASCONCELOS, 2013, p. 421).

Esta vivência pode ser identificada em algumas narrativas dos Policiais Militares: *“Ir tolerando na esperança de aposentar um dia e descansar”.* *“Sem podermos realizar todo nosso trabalho devido à falta de efetivo os gestores às vezes ignoram isso para satisfazer a vontade soberana de cuidar da imagem da PMTO”.* *“Não há o que fazer, pois na condição de subordinado apenas devo seguir ordens”.* *“Muitas vezes não temos o que fazer por medo de retaliações”.* *“Me isolo e procuro alojamento, não quero ver ninguém”.*

Em menor grau, mas não menos importante, observou-se a presença do sofrimento criativo no trabalho, que consiste:

Quando se depara com um problema, o sujeito experimenta o fracasso e busca uma solução, na tentativa de aliviar o sofrimento. Esse investimento subjetivo, guiado pela inteligência na prática, tem como meta a subversão do sofrimento em prazer (MORAES, 2013, p. 418).

Em algumas das verbalizações: *“Buscamos adaptar e adequar às instalações, buscamos informações em outros setores que tenham condições adequadas na área de informática e tecnologia”*. *“Presto meu serviço da melhor maneira possível, dialogando sempre com meus superiores”*. *“Busco soluções com meus superiores”*. *“Uso a criatividade para minimizar a ausência de equipamento”*. *“Tento inovar, procuro alternativas para solução dos problemas”*. *“Uso a criatividade para executar as atividades, mesmo não tendo suporte”*. *“Procuro sempre buscar novos conhecimentos”*.

Nestes casos, os policiais lidam da melhor forma com as dificuldades, fazendo o uso da criatividade, do diálogo, improvisado ou ainda buscando informações. Esta é uma fonte de saúde na corporação, entretanto o que se observa neste estudo é que a inércia é maior que a ação diante das dificuldades, como se observou na Categoria 2. *“Sempre penso que o amanhã será melhor”*.

Considerações finais

Este estudo proporcionou uma reflexão acerca da forma que o mundo do trabalho reflete na vida dos Policiais Militares participantes deste estudo. Trabalho este, que há tempos deixou de ser compreendido e vivenciado apenas como forma de subsistência, para ser percussor de prazer ou sofrimento e estagnação ou mobilização. O estudo desta temática não permeia somente uma ciência e sim conjuga os saberes das áreas que discutem este mundo (sociologia, psicologia, psicodinâmica do trabalho) aliado a comunicação, por meio das narrativas de sujeitos que expressam seus pensamentos e sentimentos sobre a ação do trabalhar.

O atual mundo do trabalho, é caracterizado pela competitividade, exige melhor qualificação profissional e ao mesmo tempo sujeitos seguros de si, que não demonstrem sentimentos capazes de desestruturar a lógica capitalista das organizações. Esta ideologia capitalista de mercado, que preza a produção, conseqüentemente gera a precarização do trabalho.

Neste contexto, a Polícia Militar, a pesar de se tratar de uma organização pública, atende as exigências e transformações do mundo do trabalho em um ambiente capitalista, prova disto, é que muitos dos participantes desta pesquisa, deparam-se de forma constante com os problemas de trabalhar numa organização com hierarquia rígida e estilo de gestão gerencialista.

Esta forma do trabalho acontecer nesta instituição tem gerado sofrimento advindo do trabalho entre os policiais participantes, o que possivelmente tem os levado a inércia e a estagnação para a resolução dos problemas enfrentados, como percebido nas categorias analíticas deste estudo: a) "Falta de equipamentos, falta de pessoal, carga horária excessiva" e b) "Sempre penso que o amanhã será melhor".

Conclui-se que as principais dificuldades dos policiais participantes deste estudo encontram-se na falta de algo relacionado à execução do seu trabalho e sentem-se inertes para mudar esta organização do trabalho, pois remete a precarização que estão inseridos, mesmo que recebam bons salários, não veem mudanças para que possam ser ouvidos, ou para ampliar o quadro de trabalhadores, ou terem melhores condições de trabalho e equipamentos suficientes e adequados para ao exercício profissional. Destarte seguem esperando por dias melhores, buscando apoio na religião e na família.

Estas narrativas dos policiais participantes fortalecem o entrelaçamento dos temas: trabalho, saúde e comunicação. Pois para a psicodinâmica do trabalho é fundamental dar voz aos sujeitos, para que estes possam trazer para

a cena o seu trabalhar, sendo assim confirma-se que narrar é um acontecimento, que tem relação atemporal. Como observado neste estudo as narrativas dos policiais participantes traduziu as vivências dentro da corporação ao falarem das dificuldades e formas de lidar com elas no dia a dia.

Por fim, cabe a academia recomendar a equipe do CIRR/PM que olhe para estas narrativas com cuidado e sem julgamentos, para que possam pensar estratégias de enfrentamento diante destas adversidades pronunciadas pelos policiais participantes. Criação de espaços coletivos ou individuais para que os policiais possam falar deste seu sofrimento ao executar o seu trabalho pode ser um caminho diante dos vários a serem pensados e estruturados. Afinal trabalhar é tanto para os policiais, como para a equipe do CIRR/PM e para a academia, um saber-fazer constante, com engajamento do coletivo para que a inteligência possa ser colocada em prática através de reflexões e ações para reagir diante da adversidade.

Referências

ANJOS, F.B.; MENDES, A.M.; DOS SANTOS, A. V.; FACAS, E.P. Trabalho prescrito, real e estratégias de medição do sofrimento de jornalistas de um órgão público. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**. v. 6, n. 4 562-58, 2011.

ANTLOGA, C. S.; MENDES, A. M. Sofrimento e adoecimento dos vendedores de uma empresa de material de construção. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 25 n. 2. p. 255-262. Abr./jun. 2009.

Antunes, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 88, 19-34, 2008.

ABRAHAO, J. I.; PINHO, D. L. M. As transformações do trabalho e desafios teórico-metodológicos da Ergonomia. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 7, n. spe, p. 45-52, 2002.

ALBUQUERQUE, C.F.L.; MACHADO, E.P. O currículo da selva: ensino, militarismo e ethos guerreiro nas academias brasileiras de polícia. **Revista de las disciplinas del Control Sócial**. Capítulo Criminológico, v.29, n.4, p.5-33, 2001.

AMADOR, F.S. **Violência policial: verso e reverso do sofrimento**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituição de Psicologia Pontifícia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

BARCELLOS, J. A. P. de. **Condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo: um estudo de caso na Brigada Militar de Porto Alegre**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pós Graduação da Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

BEZERRA, A. K. **Organização do Trabalho e os Riscos Psicossociais no 1º Batalhão de Polícia Militar de Palmas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração). UFT, Palmas, 2017.

BENDASSOLLI, P.F. Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 37-46, jan./mar. 2012.

BORGES, Yara Gonçalves Emerik. A Atividade Policial e os Direitos Humanos. **Revista Científica Semana Acadêmica** - ISSN 2236-6717. Brasília, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRITO, D. P. de; GOULART, I. B. Avaliação psicológica e prognóstico de comportamento desviante numa corporação militar. **PsicoUSF**, Itatiba, v. 10, n. 2, p. 149-160, dez. 2005.

CUNHA, M.S.C.; GHIZONI, L.D. Narrativas do sofrimento do trabalho de um policial militar afastado. **Revista comunicação e inovação**, v19, n.39, p, 132-147, 2018.

CARVALHO, P. L.de. **Mapeamento dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho em policiais do 6º Batalhão de Polícia Militar do estado do Tocantins**. 2016. 146f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2016.

CASTRO, F. S. O conceito de Trabalho e a Psicologia Histórico-Cultural. **Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar** – DCS/UEM, Maringá, PR, n.28, semestral, p.123 a 128, mai/out 2013.

CASTRO, T. C. M. **Reconhecimento e vida dos guardas municipais: clínica do trabalho na atividade de segurança pública.** Dissertação (Mestrado. Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DAMASO, C. R., et al. **Práticas institucionais para prevenção e atenção aos riscos psicossociais no trabalho dos Policiais Civis do Distrito Federal: contribuições da psicodinâmica do trabalho.** 2014. v, 54 f. Monografia (Especialização em Clínica Psicodinâmica do Trabalho e Gestão do Estresse)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

DEJOURS, C. Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho. **Revista Cult**, nº 139, p.49-53. Set,2009.

Dejours, C. A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In A. M. Mendes, S. C. Cruz Lima & E. Facas (Orgs.), **Diálogos em psicodinâmica do trabalho.** Brasília: Paralelo 15,2007.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção.** São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, Dez. 2004.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho.** São Paulo: Cortez, Oboré, 1992.

ELIAS, M.A.; Navarro,V.L. A relação entre o trabalho, a saúde e as condições de vida: negatividade e positividade no trabalho das profissionais de enfermagem de um hospital escola. **Rev Latino-am Enfermagem.** São Paulo, p.517-525,2006.

FERREIRA, T. M. **Mapeamento Dos Riscos Psicossociais Entre Policiais Militares da Companhia Independente de Arraias -Tocantins (1º CIPM).** Relatório Pibic/CNP (Administração). Universidade Federal do Tocantins. 2017.

FACAS, E. P. et al. Sofrimento Ético e (in)dignidade no trabalho bancário: análise clínica e dos riscos psicossociais. In: J. K. Monteiro; F. O. Vieira; A. M. Mendes, (Orgs.). **Trabalho & prazer: teoria, pesquisa e práticas.** Curitiba: Juruá, p. 233-255,2015.

FACAS, E. P. **Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho – contribuições da psicodinâmica do trabalho.** Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 193 p. 2013.

FERREIRA, Â. S. **A Psicodinâmica do Trabalho de profissionais de odontologia do centro de ambulatorial de um Hospital Universitário.** Dissertação (Mestrado profissionalizante em Psicologia) – Pós-Graduação em Psicologia Social, UNB, Brasília, 2013.

FÍGARO, R. Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.** E-compós, Brasília, v.16, n.1, jan./abr, p. 01-20, 2013.

FONTANA, R. T.; LAUTERT, L. A situação de trabalho da enfermagem e os riscos ocupacionais na perspectiva da ergologia. **Rev. Latino-Am. Enfermagem,** Ribeirão Preto , v. 21, n. 6, p. 1306-1313, Dec. 2013.

FERREIRA, J. B.; MENDES, A. M. A sabedoria prática: estudo com base na psicodinâmica do trabalho de criação literária. **Rev. Psicol., Organ. Trab.** vol.12, n.2, pp. 141-154, 2012.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras,** nº 1 - p. 41.62. UNIOESTE/Foz,2008.

FRAGA, C. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Revista Virtual Textos & Contextos.** n.6, ano V, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Missão, visão e valores. **Site do governo do estado do Tocantins.** Disponível em: <<https://www.pm.to.gov.br/institucional/a-corporacao/missao-e-valores/>> Acesso em: 10 de junho de 2018 .

GHIZONI, L.D. **Clínica Psicodinâmica da Cooperação na Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas – TO (ASCAMPA).** Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 308 p. ,2013.

Ianni, O. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LIMA, D. M. V. **Trabalho e sofrimento do policial militar do Estado de Goiás.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Educação - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, GO, 2018.

LEIRNER, Piero de Camargo. Sobre “nomes de guerra”: classificação e terminologia militares. **Etnográfica**, Lisboa , v. 12, n. 1, p. 195-214, 2008 .

MARTINS, R.M. O discurso organizacional como um instrumento de controle: a (des)construção de identidades sociais em uma montadora do ABC paulista. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, FACECLA, n.º 2, 2012. Acesso em: 14 mai. 2018.

MOTTA, L.G. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **E-Compós**, v.1, n.1,2004. Acesso em: 14 mai. 2018.

MATOS, S. **Riscos Psicossociais em Trabalhadores na Arábia Saudita.** Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal, 2014.

MENDES, A. M.; ARAUJO, L. K. **Clínica Psicodinâmica do Trabalho: o sujeito em ação.** 154p. Curitiba: Juruá, 2012.

MERLO, A. R. C.; MENDES, A. M. B. Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 141-156,2009.

MENDES, A. M. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. Em A. M. Mendes. (Org.), **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas** (pp. 29-48). São Paulo: Casa do Psicólogo. 368p. 2007.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: **Vozes**, 2001.

MOREIRA, F. H. et al . De elemento a cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo , v. 2, p. 25-38, dez. 1999 .

NEFFA, J.C. O trabalho humano e a sua centralidade. **Revista Ciências do Trabalho** - Nº 4. Junho, 2015.

NEVES, E. B. Gerenciamento do risco ocupacional no Exército Brasileiro: aspectos normativos e práticos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 9, p. 2127-2133, 2007 .

OREJUELA, J. J. Primero afirmar, luego integrar La interdisciplinariedad y las ciencias sociales. **Revista Científica Guillermo de Ockham**. Vol. 7, N. 1, pp. 41-56, 2009.

PEREIRA, R. M.; OLIVEIRA, S. R. Taylorismo e Fordismo: A racionalidade Técnica na organização. In: Piccinini, V. C. (org.). **Sociologia e Administração: Relações Sociais nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, p.239-256, 2011.

ROSÁRIO, R. N. G. Mapeamento dos Riscos Psicossociais entre Servidores do 7º BPM de Guaraí-TO. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração). UFT, Palmas, 2017.

ROLO, D. Constrangimentos organizacionais, distorção da comunicação e sofrimento ético: o caso dos centros de atendimento telefônico. **Laboreal**, Porto v. 10, n. 1, p. 79-83, jul. 2014.

REBECHI, C. N.; FÍGARO, R. A comunicação no mundo do trabalho e a comunicação da organização: duas dimensões distintas. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v.12, n.24, 2013.

RODRIGUES, P., ALVARO, A.L.T., RONDINA, R. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. **Revista científica eletrônica de psicologia**, ano IV, n.07, Nov. 2006.

RIBEIRO, I.M. **Uma cultura estressante: suas origens e conseqüências**. 1995. Trabalho de Conclusão de curso (Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Estudos Superiores da Polícia Militar de São Paulo, São Paulo, 1995.

SALES, L. J. M.; SÁ. L. D.. A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 13, n. 25, p. 181-206, jan./jun. 2016.

SERAFIM, A. C. et al . Riscos psicossociais e incapacidade do servidor público: um estudo de caso. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 32, n. 3, p. 686-705, 2012.

SOUZA, E. R. de et al . Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 28, n. 7, p. 1297-1311, July 2012.

SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2008.

SPODE, C. B.; MERLO, A. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.

TOMAZ, W. N. A. **Riscos Psicossociais relacionados ao Trabalho de Servidores do 5º Batalhão da Polícia Militar do Tocantins**. Trabalho de Conclusão de Curso em Administração. UFT, Palmas-TO, 2017.

TRAESEL, E. S.; MERLO, A. R. C. Trabalho imaterial no contexto da enfermagem hospitalar: vivências coletivas dos trabalhadores na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, 36 (123), 40-55, 2011.

VASCONCELOS, C. L. V. Sofrimento ético. In F. O. Vieira, A. M. Mendes, & A. R. C. Merlo (Orgs.), **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho** (pp. 421-424). Curitiba: Juruá, 2013.

ZANATTA, D. **Organização, condições do trabalho e percepção de riscos à saúde por parte dos trabalhadores**: um estudo em uma indústria cerâmica. Florianópolis, 2002. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) Curso de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.